Rendimento/câmbio

RENDIMENTO DTVM S.A.
www.rendimentocambio.com.br
CNPJ: 17.354.911/0001-10
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 2092
Unidades (12 a 16) | São Paulo-SP
CEP: 01451-000

Relatório da Administração

Mensagem da Administração

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias submetemos as Demonstrações Financeiras acompanhadas do Relatório do Auditor Independente, relativas ao exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025.

A Rendimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição", "Rendimento DTVM" ou "Rendimento Câmbio"), intensificou a modernização nos ambientes operacional e de controle, com o objetivo de manter seu compromisso de excelência operacional e inovação. Essas iniciativas, em linha com a revisão das estratégias de negócio e a priorização de investimentos em tecnologia e capital humano, tiveram por objetivo garantir a manutenção da qualidade do ativo, a solidez financeira da DTVM e a geração de valor econômico sustentável.

A Instituição

A Rendimento DTVM companhia do Conglomerado Rendimento, com sede em São Paulo, atua no mercado de câmbio nas principais capitais e cidades do Brasil, adotando as melhores práticas e excelência operacional no atendimento à sua clientela.

Riscos, Capital e Controles internos

O gerenciamento de riscos e capital encontra-se disseminado por toda Instituição, com estruturas corporativas compatíveis com a natureza das operações, assegurando a continuidade dos negócios, através de processos, sistemas e efetivos controles no tocante à exposição aos riscos.

A área de Riscos, Capital e Controles Internos atua focada no cumprimento dos requerimentos regulatórios e em conformidade com as diretrizes, políticas e alçadas definidas pela Alta Administração, de forma independente buscando preservar o valor econômico da Distribuidora.

Auditor Independente

A Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes Ltda. é a empresa de auditoria externa contratada para o exame das demonstrações financeiras da Rendimento DTVM do exercício findo em 31 de dezembro de 2025. A política adotada atende aos princípios que preservam a independência do Auditor de acordo com os critérios internacionalmente aceitos.

Agradecimentos

A Administração da Rendimento DTVM agradece a confiança depositada de seus clientes e parceiros e ao empenho de seus colaboradores.

A Administração

Balanço Patrimonial - em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

ATIVO	Nota	31/12/2025
Disponibilidades	4	**6.674**
Ativos financeiros		**3.235**
Ao custo amortizado		**3.235**
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5	3.235
Outros ativos	6	**64.874**
Ativos fiscais	10a	**32.757**
Imobilizado		**4.992**
Intangível		**1.753**
TOTAL DO ATIVO		114.285

PASSIVO	Nota	31/12/2025
Passivos financeiros		**6.187**
Ao custo amortizado		**6.187**
Arrendamento	7	3.634
Outros passivos financeiros	8	2.553
Outras obrigações	9	**16.689**
Passivos fiscais	10c	**1.290**
Provisões para contingências	18b	**65.885**
Patrimônio líquido	12	**24.234**
Capital social		24.000
Reservas de lucros		234
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		114.285

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	Capital social	Reservas		Lucros acumulados	Total
			Legal	Outras		
Saldos em 30 de junho de 2025		**20.000**	**4.000**	**14.346**	**3.694**	**42.040**
Prejuízo líquido		-	-	-	(306)	(306)
Constituição de reserva legal		-	169	-	(169)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	19	(19)	-
Aumento de capital	12a	4.000	(4.000)	-	-	-
Dividendos	12b	-	-	(14.300)	(1.700)	(16.000)
Juros sobre capital próprio	12b	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**24.000**	**169**	**65**	**-**	**24.234**
Saldos em 31 de dezembro de 2024		**20.000**	**4.000**	**14.346**	**-**	**38.346**
Adoção inicial Resolução BCB nº 352/23 (1)		-	-	-	-	-
Saldos em 1º de janeiro de 2025		**20.000**	**4.000**	**14.346**	**-**	**38.346**
Lucro líquido		-	-	-	3.388	3.388
Constituição de reserva legal		-	169	-	(169)	-
Constituição de reserva de lucros		-	-	19	(19)	-
Aumento de capital	12a	4.000	(4.000)	-	-	-
Dividendos	12b	-	-	(14.300)	(1.700)	(16.000)
Juros sobre capital próprio	12b	-	-	-	(1.500)	(1.500)
Saldos em 31 de dezembro de 2025		**24.000**	**169**	**65**	**-**	**24.234**

(1) Na adoção da Resolução BCB nº 352/23 não foram identificados impactos no patrimônio líquido.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração de Resultado - Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado)

	Nota	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Receitas da intermediação financeira		**26.512**	**61.086**
Resultado com aplicações interfinanceiras de liquidez		831	1.728
Resultado de operações de câmbio		25.681	59.358
Resultado da intermediação financeira		**26.512**	**61.086**
Outras receitas / (despesas) operacionais		**(29.252)**	**(58.350)**
Receita de prestação de serviços	13	4.192	8.854
Despesas de pessoal	14	(12.207)	(24.587)
Outras despesas administrativas	15	(11.939)	(24.679)
Despesas tributárias	16	(2.491)	(5.400)
(Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes	18c	(1.636)	(2.165)
Outras receitas operacionais	17a	2.381	4.733
Outras despesas operacionais	17b	(7.552)	(15.106)
Resultado operacional		**(2.740)**	**2.736**
Resultado não operacional		**-**	**(323)**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e contribuição social		**(2.740)**	**2.413**
Imposto de renda e contribuição social		**2.434**	**1.067**
Imposto de renda e contribuição social correntes	10d	1.278	-
Imposto de renda e contribuição social diferidos	10d	1.156	1.067
Participações estatutárias no lucro		**-**	**(92)**
Lucro (prejuízo) líquido		**(306)**	**3.388**
Quantidade de ações		1.856.034	1.856.034
Lucro (prejuízo) básico e diluído em R$ por ação		(0,16)	1,83

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Resultado Abrangente Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Lucro (prejuízo) líquido	**(306)**	**3.388**
Outros resultados abrangentes que serão reclassificados para o resultado	**-**	**-**
Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes	-	-
Impostos diferidos	-	-
Resultado abrangente	**(306)**	**3.388**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstração do Fluxo de Caixa Exercício e semestre findos em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

	Nota	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Fluxo de caixa das atividades operacionais			
Lucro (prejuízo) líquido		**(306)**	**3.388**
Ajustes para reconciliar o lucro:			
Efeito das mudanças das taxas de câmbio em caixa e equivalência de caixa		(12)	164
(Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes	18c	1.636	2.165
Depreciação e amortização	15	1.055	1.902
Provisão / (reversão) operacionais e administrativas		(690)	(1.410)
Atualização monetária de depósitos judiciais e impostos	18a	(2.074)	(3.884)
Impostos correntes e diferidos	10d	(2.434)	(1.067)
Baixa de imobilizado		2	5
Lucro (prejuízo) líquido ajustado		**(2.825)**	**1.263**
Variações de ativos operacionais:		**3.445**	**1.819**
(Aumento) redução em outros ativos		3.445	1.819
Variações de passivos operacionais:		**(6.921)**	**(17.909)**
Aumento (redução) em instrumentos financeiros derivativos		(512)	(1.072)
Aumento (redução) em outros passivos financeiros		(6.206)	(12.176)
Aumento (redução) em outras obrigações		185	(1.243)
Aumento (redução) em passivos fiscais correntes		(224)	(1.145)
IRPJ e CSLL pagos		(164)	(2.273)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades operacionais		**(6.301)**	**(14.827)**
Fluxo de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de imobilizado de uso		(541)	(620)
Aquisição de intangível		(615)	(1.076)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de investimento		**(1.156)**	**(1.696)**
Fluxo de caixa das atividades de financiamento			
Dividendos	12b	(10.000)	(10.000)
Juros sobre capital próprio pagos	12b	(1.275)	(1.275)
Caixa líquido gerado (consumido) pelas atividades de financiamento		**(11.275)**	**(11.275)**
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**(18.732)**	**(27.798)**
Início do período		28.629	37.871
Variação cambial em caixa e equivalentes de caixa		(12)	164
Final do período	4	9.909	9.909
Aumento / (redução) em caixa e equivalentes de caixa		**(18.732)**	**(27.798)**

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas Explicativas - em 31 de dezembro de 2025 (Valores expressos em milhares de reais)

1. Contexto operacional: A Rendimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Instituição", "Rendimento DTVM" ou "Rendimento Câmbio"), com sede na Avenida Brigadeiro Faria Lima, nº 2.092 – 18º andar, integrante do Grupo Rendimento, sociedade anônima de capital fechado, tem como objeto social atividades de câmbio de compra e venda de moedas estrangeira em espécie e com cartões pré-pagos internacionais, prestação de serviços de transferência de recursos no nível doméstico e internacional e demais operações ativas e passivas inerentes às corretoras de câmbio. As operações da Instituição são realizadas com coparticipação e intermediação de instituições ligadas ao Grupo Rendimento. Os benefícios dos serviços prestados entre as instituições e os custos da estrutura operacional e administrativa são absorvidos, segundo a praticabilidade e a razoabilidade de lhes serem atribuídas em conjunto ou individualmente.

2. Apresentação das demonstrações financeiras: As demonstrações financeiras são de responsabilidade da Administração e foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a partir das diretrizes contábeis definidas pela Lei das Sociedades por Ações nº 6.404/76 e alterações consecutivas, com observância às normas e instruções do Conselho Monetário Nacional ("CMN") e Banco Central do Brasil ("Bacen"), consubstanciadas no Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional ("Cosif"). A partir de 1º de janeiro de 2025, a Instituição adotou a Resolução BCB nº 352/23, alterando os critérios contábeis aplicáveis a instrumentos financeiros e optou por utilizar a dispensa da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras referentes aos períodos do ano de 2025 relativamente aos períodos anteriores, conforme previsto no Art. 102 da Resolução BCB nº 352/2023. Não houve impacto nas demonstrações financeiras decorrentes da adoção. A Lei nº 14.467/22, entrou em vigência no dia 1º de janeiro de 2025 e dispõe sobre o tratamento tributário aplicável às perdas incorridas no recebimento de créditos decorrentes das atividades das instituições financeiras e das demais instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN. Os efeitos decorrentes da Lei nº 14.467/22 estão refletidos na expectativa de realização dos créditos tributários. A Resolução BCB Nº 178/2022 aprovou CPC 06 – Arrendamentos (R2) que trata dos conceitos de ativo de direito de uso e passivo de arrendamento, cujas operações, observadas as condições definidas no referido pronunciamento contábil, podem ser reconhecidas em balanço. Como a Rendimento DTVM optou pela faculdade de aplicar o pronunciamento apenas a instrumentos firmados ou renovados a partir de sua vigência, não houve impactos nas demonstrações financeiras relativos a ajustes retroativos. A Administração aprovou as demonstrações financeiras em 12 de fevereiro de 2026.

3. Sumário das principais práticas contábeis - a) Apuração do resultado: As receitas e despesas são apropriadas pelo regime de competência, observando-se o critério pro rata dia para as de natureza financeira. As receitas e despesas de natureza financeira são calculadas com base no método exponencial, exceto aquelas relativas a títulos descontados ou relacionados com operações no exterior, as quais são calculadas com base no método linear. As operações com taxas pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate e as receitas e despesas correspondentes ao período futuro são registradas em conta redutora dos respectivos ativos e passivos. As operações com taxas pós-fixadas são atualizadas até a data do balanço através dos índices pactuados. **b) Moeda funcional:** As demonstrações financeiras da Rendimento Câmbio estão representadas em Reais (R$), que é sua moeda funcional e de apresentação. A taxa utilizada para conversão de ativos e passivos financeiros em moeda estrangeira é a da data de fechamento. Os efeitos da variação cambial sobre as operações de moeda estrangeira estão distribuídos nas linhas das demonstrações do resultado conforme a natureza das respectivas contas patrimoniais. **c) Caixa e equivalentes de caixa:** Caixa e equivalentes de caixa inclui dinheiro em caixa, depósitos em instituições financeiras, complementados com investimentos de alta liquidez em aplicações interfinanceiras de liquidez, com prazo igual ou inferior a 90 dias da data da aplicação e que apresente risco insignificante de mudança de valor e limites. **d) Aplicações interfinanceiras de liquidez:** As operações pré-fixadas são registradas pelo valor de resgate, deduzido das rendas pertencentes ao período futuro e as pós-fixadas pelo valor de custo acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço, deduzidos de provisão para desvalorização, quando aplicável. As aplicações em operações compromissadas são classificadas em função de seus prazos de vencimento, independentemente dos prazos de vencimento dos papéis que lastreiam as operações. **e) Imobilizado de uso:** Corresponde aos direitos que tenham como objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades da Instituição ou exercidos com essa finalidade. Os bens estão registrados ao custo de aquisição, deduzidos da depreciação acumulada. A depreciação do ativo imobilizado é calculada pelo método linear às taxas de 4% a.a. para edificações, 10% a.a. para instalações, móveis e utensílios e sistemas de comunicação e 20% a.a. para os demais itens. **f) Intangível:** São compostos por direitos adquiridos e investimentos em desenvolvimento que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da sociedade ou exercidos com essa finalidade. São avaliados ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Os ativos intangíveis que possuem vida útil definida são amortizados considerando a sua utilização efetiva ou um método que reflita os seus benefícios econômicos, enquanto os de vida útil indefinida são testados anualmente quanto à sua recuperabilidade. **g) Redução do valor recuperável dos ativos não financeiros - *(Impairment)*:** O registro contábil de um ativo deve evidenciar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída uma provisão, ajustando-se o valor contábil líquido. Essas provisões são reconhecidas no resultado do período, conforme previsto na Resolução CMN nº 4.924/21 e em observância ao Pronunciamento Técnico 01, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC). Os valores dos ativos não financeiros são revistos anualmente, exceto créditos tributários, cuja realização é avaliada semestralmente. **h) Imposto de renda e contribuição social:** A provisão para o imposto de renda pessoa jurídica (IRPJ) é calculada à alíquota de 15%, acrescido do adicional de 10%, aplicados sobre o lucro, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal. A contribuição social sobre o lucro líquido (CSLL) é calculada pela alíquota de 15% para as instituições financeiras, incidente sobre o lucro, após considerados os ajustes determinados pela legislação fiscal. Os créditos tributários de imposto de renda e contribuição social foram calculados sobre adições e exclusões temporárias. Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões pelas quais foram constituídas e são baseados nas expectativas atuais de realização e considerando os estudos técnicos e análises da Administração. **i) Operações de câmbio:** São demonstradas pelos valores de realização, incluindo os rendimentos (em base "pro rata" dia), as variações cambiais auferidas, e provisão para perdas, quando aplicável. **j) Ativos e passivos contingentes e obrigações legais, fiscais e previdenciárias:** O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos contingentes e obrigações legais, são efetuados de acordo com os critérios definidos na Resolução n° 3.823/09 e Pronunciamento Técnico CPC 25, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), obedecendo aos seguintes critérios: (i) Contingências ativas - é um ativo possível que resulta de eventos passados e cuja existência será confirmada apenas pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos, não totalmente sob controle da entidade. O ativo contingente não é reconhecido contabilmente, exceto quando existem evidências suficientes de que sua realização é certa, caso contrário, divulga-se em notas explicativas quando for provável a entrada de benefícios econômicos. (ii) Contingências passivas - são reconhecidas nas demonstrações financeiras quando, baseado na opinião de assessores jurídicos e da Administração, for considerado provável o risco de perda de uma ação judicial ou administrativa, com uma provável saída de recursos para a liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis pelos assessores jurídicos são apenas divulgados em notas explicativas, enquanto aquelas classificadas como perda remota não requerem provisão e divulgação. (iii) Obrigações legais, fiscais e previdenciárias - referem-se às demandas judiciais nas quais estão sendo contestadas a legalidade e a constitucionalidade de alguns tributos. O montante discutido é quantificado, registrado e atualizado mensalmente. **k) Uso de estimativas:** A preparação das demonstrações financeiras inclui estimativas e premissas, como a mensuração de estimativas do valor de mercado de determinados instrumentos financeiros, provisão para contingências, perdas por redução ao valor recuperável, realização dos créditos tributários e outras provisões. Os resultados efetivos podem ser diferentes daquelas estimativas e premissas. **l) Eventos subsequentes:** São considerados os eventos ocorridos entre a data-base das demonstrações financeiras e a data na qual foi autorizada a emissão dessas demonstrações, evidenciados, basicamente, pelas condições que não existiam na data-base das demonstrações financeiras. **m) Resultados recorrentes e não recorrentes:** Conforme determinado pela Resolução BCB nº 2/20, os resultados recorrentes e não recorrentes devem ser divulgados de forma segregada, já relacionados ou não, incidentalmente, com as atividades típicas da instituição, não previstos para ocorrer com frequência nos períodos futuros. Os efeitos desses eventos, considerados não recorrentes, encontram-se evidenciados na Nota 19. **n) Conversão de moeda estrangeira para atualização de posições:** Com base na Resolução BCB nº 4.924/21 para a conversão das posições em moeda estrangeira, a Instituição utiliza as taxas cambiais disponibilizadas pela B3.

4. Caixa e equivalentes de caixa	31/12/2025
Disponibilidades	**6.674**
Disponibilidades em moeda nacional	3.642
Disponibilidades em moeda estrangeira	3.032
Aplicações no mercado aberto - (Nota 5)	**3.235**
Total	**9.909**
Circulante	9.909

5. Aplicações interfinanceiras de liquidez	31/12/2025
Aplicações no mercado aberto – Posição bancada	**3.235**
Letras Financeiras do Tesouro (LFT) – Ligadas	3.235
Total	**3.235**
Circulante	3.235

O vencimento das operações com aplicação interfinanceira de liquidez é de até 90 dias.

6. Outros ativos	31/12/2025
Devedores por depósito em garantia - (Nota 18b)	61.593
Devedores diversos – no país	2.214
Outros	1.067
Total	**64.874**
Circulante	3.105
Não Circulante	61.769

7. Arrendamento	31/12/2025
Arrendamento de imóveis (1)	3.634
Total	**3.634**
Circulante	935
Não Circulante	2.699

(1) Inclui os valores do passivo de arrendamento referentes à Resolução BCB nº 178/22, que aprovou o CPC 06 – Arrendamentos (R2).

8. Outros passivos financeiros	31/12/2025
Obrigações em moeda estrangeira	2.553
Total	**2.553**
Circulante	2.553

9. Outras obrigações	31/12/2025
Sociais e estatutárias	6.696
Provisão para pagamentos a efetuar	6.149
Credores diversos - no país	3.844
Total	**16.689**
Circulante	14.695
Não Circulante	1.994

10. Tributos - a) Ativos fiscais	31/12/2025
Ativos fiscais correntes	**3.961**
Impostos e contribuições a compensar	3.961
Ativos fiscais diferidos	**28.796**
Crédito tributário	28.796
Total	**32.757**
Circulante	1.280
Não circulante	31.478

b) Créditos tributários: Os créditos tributários apresentaram as seguintes movimentações:

	31/12/2024	Exercício/2025 Constituição	Exercício/2025 (Realização)	31/12/2025
Provisão para riscos fiscais PIS/COFINS	22.970	1.426	-	24.396
Provisão para contingências	2.518	493	(1.052)	1.959
Provisões diversas a pagar	1.721	1.568	(2.036)	1.253
Prejuízo Fiscal e Base Negativa	-	756	-	756
Outros	456	232	(256)	432
Total	**27.665**	**4.475**	**(3.344)**	**28.796**

Os créditos tributários são avaliados periodicamente, tendo como parâmetro a geração de lucro tributável futuro para fins de imposto de renda e contribuição social em montante que justifique a ativação de tais valores. A compensação desses créditos ocorrerá dentro do prazo permitido pela Resolução CMN nº 4.842/20, condicionada à natureza do crédito gerado. Os créditos tributários de impostos e contribuições foram constituídos somente sobre diferenças temporariamente indedutíveis não restando a inclusão de créditos oriundos de outras naturezas na posição.

A realização dos créditos tributários está estimada da seguinte forma:

Ano	Valor nominal	Valor presente
2026	2.170	1.878
2027	25.583	22.313
2028	472	412
2029	285	248
Acima de 2030	285	248
Total	**28.796**	**25.099**

Com base nas projeções de resultados, a Administração considera que deverá auferir resultados tributáveis, dentro do prazo regulamentar, para absorver os créditos tributários registrados nas demonstrações financeiras. Essa estimativa é periodicamente revisada, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos sejam tempestivamente consideradas nas demonstrações financeiras. O valor presente do crédito tributário é estimado em R$ 25.099 utilizada a taxa de custo (Selic) de captação estipulada para os respectivos períodos.

c) Passivos fiscais	31/12/2025
Passivos fiscais correntes	**946**
Impostos e contribuições a recolher	946
Passivos fiscais diferidos	**344**
Passivo fiscal diferido	344
Total	**1.290**
Circulante	946
Não circulante	344

(1) Passivo fiscal diferido é composto basicamente por atualizações de depósitos judiciais com previsão de realização após 5 anos.

d) Demonstração da despesa de imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Valores correntes	**1.278**	**-**
IR e CSLL no país – Corrente	1.278	-
Valores diferidos	**1.156**	**1.067**
Diferenças temporárias	1.156	1.067
Total	**2.434**	**1.067**

e) Conciliação dos encargos de imposto de renda e contribuição social

	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Resultado antes dos tributos e participações	**(2.740)**	**2.413**
Encargo total do IR (25%) e CSLL (15%)	1.096	(928)
JCP	600	600
Outros valores (1)	738	1.396
Imposto de renda e contribuição social do período	**2.434**	**1.067**

(1) Refere-se a receita de atualização do depósito judiciais (alargamento da base) e demais ajustes de natureza permanente.

11. Transações com partes relacionadas - a) Saldo das transações: As transações com partes relacionadas foram realizadas em condições usuais de mercado no tocante a encargos e prazos.

	31/12/2025 Ativo / (Passivo)	2º Semestre/ 2025 Receita / (Despesa)	Exercício/ 2025 Receita / (Despesa)
Disponibilidades	**3.744**	**(17)**	**(558)**
Banco Rendimento S.A.	3.744	(17)	(558)
Aplicações interfinanceiras	**3.235**	**831**	**1.728**
Banco Rendimento S.A. – (Nota 5)	3.235	831	1.728
Cartões pré-pagos	**139**	**(328)**	**(665)**
RendimentoPay Instituição de Pagamento S.A.	139	(328)	(665)
Outros passivos financeiros	**(2.110)**	**-**	**-**
Banco Rendimento S.A.	(2.110)	-	-
Outras receitas/despesas operacionais e administrativas	**-**	**(662)**	**(1.296)**
Banco Rendimento S.A.	-	(403)	(772)
RendimentoPay Instituição de Pagamento S.A.	-	(259)	(525)

b) Remuneração da Administração: Anualmente, quando da realização da Assembleia Geral Ordinária, é fixado o montante global anual de remuneração dos administradores, conforme determina o Estatuto Social da Instituição. A Rendimento DTVM incorreu nos seguintes benefícios de curto prazo aos administradores:

	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Remuneração fixa	330	656
Remuneração variável	137	470
Encargos sociais	106	259
Total	**573**	**1.385**

A Rendimento DTVM não oferece benefícios de longo prazo, de pós-emprego, de rescisão de contrato de trabalho ou remuneração baseada em ações para o pessoal-chave da Administração.

12. Patrimônio líquido - a) Capital social: O capital social totalmente integralizado é de R$ 24.000, representado por 1.856.034 ações nominativas, sem valor nominal, sendo 928.017 ordinárias e 928.017 preferenciais. As ações preferenciais conferem aos portadores a prioridade no reembolso do capital. Cada ação ordinária nominativa dará direito a um voto nas deliberações das Assembleias Gerais. Em 08 de dezembro de 2025, foi aprovado em Assembleia Geral Extraordinária o aumento de capital social da Companhia no montante de R$ 4.000 mediante a incorporação das reservas. **b) Distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos, correspondente, no mínimo, a 25% do lucro líquido e está sujeita à proposta da Diretoria, mediante Assembleia Geral de acionistas, a qual poderá deliberar sobre a retenção total ou parcial dos lucros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2025, a Instituição realizou a seguintes deliberações:

	Valor deliberado	IRRF	Valor líquido	Data da deliberação
Juros sobre capital próprio	1.500	(225)	1.275	16/10/2025
Dividendos	5.000	-	5.000	16/10/2025
Dividendos	5.000	-	5.000	11/12/2025
Dividendos (1)	4.300	-	4.300	17/12/2025
Dividendos (1)	1.700	-	1.700	17/12/2025
Total	**17.500**	**(225)**	**17.275**	

(1) Valores pendentes de liquidação financeira.

c) Reservas de lucros - Reserva legal: a Rendimento DTVM deve destinar 5% do lucro líquido de cada semestre social para a reserva legal, que não poderá exceder a 20% do capital integralizado. Outras Reservas: compostas por lucros obtidos a serem destinados em Assembleia Geral Ordinária.

A Administração possui plano caso as reservas de lucros excedam o valor de capital.

13. Receitas de prestação de serviços	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Operações de câmbio (1)	3.980	8.562
Outras	212	292
Total	**4.192**	**8.854**

(1) Refere-se, principalmente, as tarifas cobradas nas operações de câmbio.

14. Despesas de Pessoal	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Proventos	6.317	12.543
Benefícios	3.076	6.215
Encargos sociais	2.311	4.794
Honorários	481	959
Outras	22	76
Total	**12.207**	**24.587**

15, Outras despesas administrativas	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Aluguéis	(3.371)	(7.081)
Processamento de dados	(2.317)	(4.680)
Condomínio	(1.094)	(2.075)
Depreciação e amortização	(1.055)	(1.902)
Transportes	(812)	(1.754)
Manutenção e conservação de bens	(808)	(1.573)
Propaganda e publicidade	(571)	(1.497)
Vigilância e segurança	(466)	(964)
Serviços técnicos especializados	(344)	(807)
Comunicações	(277)	(588)
Serviços do sistema financeiro	(218)	(534)
Relações públicas	(47)	(94)
Serviços de terceiros	(47)	(84)
Contribuições filantrópicas	(72)	(74)
Outras	(440)	(972)
Total	**(11.939)**	**(24.679)**

16. Despesas tributárias	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Cofins (4%)	(1.224)	(2.789)
ISS (2% e 5%)	(209)	(437)
PIS (0,65%)	(199)	(453)
Outras (1)	(859)	(1.721)
Total	**(2.491)**	**(5.400)**

(1) Refere-se, principalmente, a imposto de renda sobre operações de câmbio.

17. Outras receitas e despesas operacionais - a) Outras receitas operacionais

	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Atualização monetária de depósitos judiciais e impostos	2.074	3.884
Recuperação de encargos e despesas	195	562
Outras	112	287
Total	**2.381**	**4.733**

b) Outras despesas operacionais	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Convênios operacionais	(6.592)	(13.470)
Custo carregamento cartões	(328)	(665)
Outras	(632)	(971)
Total	**(7.552)**	**(15.106)**

18. Ativos e passivos contingentes, obrigações legais, fiscais e previdenciárias - a) Ativos contingentes: Em 31 de dezembro de 2025, não existiam processos classificados pela Administração como prováveis de realização. **b) Passivos contingentes classificados como perdas prováveis e obrigações legais:** (i) Provisões cíveis e trabalhistas - Os valores das contingências são provisionados de acordo com as análises do valor potencial de perda para as ações individualmente, considerando o estágio atual do processo, o posicionamento dos tribunais em relação à matéria discutida e o parecer de consultores jurídicos externos. O valor estimado da contingência classificada como perda provável, acrescido dos respectivos encargos, é integralmente provisionado e atualizado na periodicidade prevista em lei. As contingências judiciais de natureza cível têm sua origem, principalmente, em transações financeiras contestadas por clientes, por meio de ações indenizatórias, onde geralmente é arguida alguma irregularidade ou falha na prestação de serviços pela Instituição, tais como ilegalidade na cobrança de tarifas, vícios na abertura de relacionamento, ocorrência de fraude cibernética e outros riscos decorrentes da oferta de produtos e serviços no segmento financeiro. As contingências judiciais de natureza trabalhista têm sua origem, principalmente, em discussões sobre direitos relativos à jornada de trabalho, horas extras e indenizações diversas. (ii) Provisões fiscais - As provisões para riscos fiscais são representadas por processos judiciais e administrativos, provisionados no passivo não circulante na rubrica "Provisões para contingências", substancialmente pelo seguinte processo: • Contestação judicial da legalidade do recolhimento do PIS e COFINS, nos termos da Lei nº 9.718/98. Para essa causa, o montante provisionado é de R$ 60.988 em 31 de dezembro de 2025. As movimentações das provisões para contingências, obrigações legais e depósitos judiciais ocorridas no exercício, estão a seguir apresentadas:

Provisão para contingências	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
	31/12/2025			
Saldo inicial em 31/12/2024	**59.195**	**4.525**	**-**	**63.720**
Constituições / atualizações / (reversões)	3.741	(1.168)	8	**2.581**
(Baixas por pagamentos)	-	(416)	-	**(416)**
Saldo final em 31/12/2025	**62.936**	**2.941**	**8**	**65.885**

Depósitos judiciais	Fiscais	Trabalhistas	Cíveis	Total
	31/12/2025			
Saldo inicial em 31/12/2024	**57.425**	**1.849**	**186**	**59.460**
Adições/atualizações	3.563	1.362	13	**4.938**
(Realizações)	-	(2.771)	(34)	**(2.805)**
Saldo final em 31/12/2025 – (Nota 6)	**60.988**	**440**	**165**	**61.593**

c) (Constituição) / reversão de provisão para passivos contingentes

	2º Semestre/ 2025	Exercício/ 2025
Fiscais	(2.011)	(3.741)
Trabalhistas	383	1.584
Cíveis	(8)	(8)
Total	**(1.636)**	**(2.165)**

d) Passivos contingentes classificados como perdas possíveis: Em 31 de dezembro de 2025, as contingências passivas classificadas como perdas possíveis estão representadas por: • 2 processos de natureza cível que somam R$ 155 e são originários de ações revisionais de contratos de empréstimos e financiamentos, bem como ações indenizatórias de operações financeiras e indenização por danos materiais e morais; • 3 processos de natureza trabalhista que totalizam R$ 373; e • 2 processos de natureza tributária que totalizam R$ 2.651.

19. Resultado não recorrente: Não tivemos resultado não recorrente no semestre e exercício findo em 31 de dezembro de 2025.

20. Gestão de riscos e de capital: A política de gerenciamento de riscos e capital na Rendimento Câmbio é realizada no contexto corporativo do Conglomerado Prudencial e está alinhada às melhores práticas e em conformidade com a regulação prudencial emanada do Banco Central do Brasil. A área de Riscos é responsável pela definição dos princípios definidos na Declaração de Apetite a Riscos e aprovados pela Alta Administração, sempre na busca permanente da adequação às disposições legais e aos efetivos modelos de controles, com o envolvimento da estrutura corporativa e do aculturamento desse tema nas atividades, no que tange ao monitoramento e participação de todos na gestão de riscos. **a) Risco operacional:** A gestão do risco operacional e de controles internos mantem-se sob estrutura e formato compatíveis com as atividades e rotinas realizadas na Rendimento Câmbio, utilizando-se de processos eficazes de acompanhamento e ferramentas de apoio capazes de identificar, avaliar e monitorar os seguintes incidentes: fraudes; demandas trabalhistas e segurança deficiente do local de trabalho; praticas inadequadas relativas a clientes, produtos e serviços; danos de ativos físicos; situações que acarretem a interrupção das atividades da instituição; falhas em sistemas processos ou infraestrutura de tecnologia da informação (TI); falhas na execução, no cumprimento de prazos ou no gerenciamento das atividades da instituição, incluindo aquelas relacionadas aos arranjos de pagamento. Para a adoção desses controles, são aplicados procedimentos em conformidade com o arcabouço legal, através da construção de uma Matriz de Riscos e Controles, o que possibilita uma visão mais apurada da exposição ao risco operacional e seu alinhamento com planos de mitigação para aqueles que apresentam maior nível de exposição e possam comprometer a continuidade dos negócios e a reputação da Rendimento Câmbio, além de sujeitar a instituição a sanções por parte dos órgãos reguladores e a possíveis reparações a terceiros. O modelo de gestão é baseado nas três linhas de defesa, compostas pela área de Negócios, Riscos e Controles Internos e Auditoria Interna, respectivamente, as quais são apoiadas por políticas e definições de papéis e responsabilidades, com o contínuo compartilhamento de conhecimentos, informações e reporte à Alta Administração. **b) Risco de mercado e liquidez:** A Gestão de Risco de Mercado e Liquidez está constituída por um conjunto de princípios que norteiam a estratégia de negócios da Cotação Rendimento Câmbio, cujas posições operacionais consolidam-se em ambiente corporativo e com regras prudenciais alinhadas às práticas adotadas no Grupo. Na gestão de risco de mercado são adotadas as políticas internas e diretrizes aprovadas pela Administração, visando identificar, monitorar e mitigar situações de riscos, nas posições detidas pela Instituição, decorrentes das oscilações dos dados de mercado relativos a cupons cambiais e variação cambial. No tocante à gestão de risco de liquidez os níveis de caixa são submetidos sistematicamente a contínuo acompanhamento e monitoramento das posições diárias ativas e passivas, em bases prudenciais, com a adoção de limites mínimos de liquidez, visando assegurar que as liquidações sejam realizadas sem problemas de descasamento entre ativos e passivos. **Análise de cenários:** As análises são realizadas em métricas e medidas de sensibilidade e de controle de perdas, consolidadas em bases do Conglomerado Prudencial, em que demonstra o impacto no valor de mercado das posições quando submetidas a um aumento de 1 ponto-base nas taxas do indexador, das operações com posições próprias, observadas as condições normais de mercado, cujos efeitos encontram-se consolidados em bases prudenciais. **c) Prevenção à "lavagem" de dinheiro e combate ao financiamento do terrorismo:** O Grupo Rendimento se solidifica como uma instituição preocupada e engajada na disseminação de conteúdo para combate aos crimes de lavagem de dinheiro e também, aos de financiamento ao terrorismo, a proliferação de armas de destruição em massa, corrupção e quaisquer atividades ilícitas que visam causar prejuízos financeiros, jurídicos e de imagem ao Banco. Tal como, ao monitoramento contínuo de operações de clientes, fornecedores e parceiros, visando à prevenção destas práticas. Neste sentido, reforçamos o compromisso de sermos conscientes, engajados e diligentes na condução de nossos processos, em nossas atividades diárias. Sempre considerando as diretrizes publicadas por meio de nosso Código de Conduta e Políticas Regulatórias Internas. Destacamos ainda como parte do programa de gestão contínua de capacitação, a aplicação pelo Banco de Treinamento de PLD/FT a todos os colaboradores da Organização, com níveis diferenciados de profundidade de conteúdo, em função das responsabilidades atribuídas aos mesmos e com atualização periódica (reciclagem). **d) Risco socioambiental:** O risco social, ambiental e climático deve ser identificado como um componente das diversas outras modalidades de riscos aos quais a instituição esteja exposta. O Grupo Rendimento tem fortalecido seu compromisso com as práticas ESG (Ambiental, Social e Governança), integrando-as de forma estratégica em suas operações. Reconhecendo que os riscos ESG no setor financeiro são, em sua essência, indiretos e manifestam-se das relações com clientes, fornecedores e parceiros, o Grupo Rendimento possui um processo de *due diligence* abrangente e rigoroso. Esse processo avalia a idoneidade de todos os terceiros, com o objetivo de identificar e mitigar riscos relacionados a crimes e atos ilícitos socioambientais. Para mitigar esses riscos, o Grupo Rendimento implementou uma Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC), a qual orienta nossas ações em prol da sustentabilidade, assim como uma Política de Educação Financeira robusta que, por sua vez, visa apresentar medidas de educação financeira para seus clientes e usuários. A Alta Administração está comprometida e alinhada à política de riscos, a fim de prover o conhecimento e a disseminação para todo corpo funcional, dos princípios que norteiam a efetiva aplicabilidade nas relações de trabalho e de negócios, com clientes, parceiros, fornecedores e público interno. **e) Segurança da informação:** O Grupo Rendimento segue as regulamentações legais e prudenciais com a implementação de mecanismos de proteção aderentes às melhores práticas e frameworks de segurança, visando a identificação, proteção e prevenção de ataques em infraestrutura de TI e sistemas, por meio do monitoramento contínuo do ambiente de tecnologia e de avaliações periódicas de ameaças e controles relacionados à segurança cibernética. A área de Segurança trabalha continuamente para melhorar a estratégia de segurança da informação e cibernética a fim de mitigar os riscos e proteger a Instituição, parceiros e clientes de ameaças que possam comprometer a confidencialidade, autenticidade, disponibilidade e integridade das informações. Além disso, a área de Segurança tem programas frequentes de conscientização e treinamento a todos os colaboradores e terceiros que trabalham no Grupo Rendimento. No tocante à Lei Geral de Proteção de Dados, o Grupo Rendimento encontra-se aderente aos procedimentos determinados na referida Lei, adotando as melhores práticas de mercado através da criação de políticas, revisão de processos, adoção de ferramentas, estrutura de controle, monitoramento e proteção de todos e quaisquer meios que possam tornar vulneráveis os dados dos clientes e as informações a eles associadas. **f) Risco reputacional:** O risco reputacional tem tratamento dedicado no Banco Rendimento no contexto da relação com clientes, funcionários, órgãos reguladores, investidores e mercado em geral, com objetivo de agir tempestivamente na identificação e avaliação de fontes potenciais deste tipo de risco, atuando de forma preventiva para a sua mitigação.

21. Limites operacionais: O índice de Basileia atingiu 13,52% em 31 de dezembro de 2025 apurado de acordo com o estabelecido na Resolução CMN nº 4.958/21, cujos requerimentos mínimos são apurados em bases consolidadas do Conglomerado Prudencial.

22. Eventos subsequentes: Não tivemos eventos subsequentes no período.

A ADMINISTRAÇÃO

JOHNATA ALEX SANDRO TROQUETTI - CONTADOR - CRC - SP 305295/O-0

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas da
Rendimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.

Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Rendimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Distribuidora"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o semestre e exercício findos nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras da Rendimento Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., em 31 de dezembro de 2025, foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil - BACEN. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Distribuidora, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras de entidades de interesse público no Brasil. Nós também cumprimos com as demais responsabilidades éticas, de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfase - Informações comparativas:** Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras, que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BACEN, considerando a dispensa da apresentação nas demonstrações financeiras dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 352 do Banco Central do Brasil. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor:** A Administração da Distribuidora é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração, e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições financeiras autorizadas a funcionar pelo BACEN e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Distribuidora continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Distribuidora ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Distribuidora. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Distribuidora. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Distribuidora a não mais se manter em continuidade operacional. Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2026
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes Ltda.
CRC nº 2 SP 011609/O-8
Victor Vinicius Zanetin Zavagli
Contador - CRC nº 1 SP 289692/O-4

Deloitte.

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001,que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil

Certificado por Editora Globo SA 04067191000160 Pub: 24/02/2026

A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
https://publicidadelegal.valor.com.br/valor/2026/02/24/RENDIMENTODTVM1587745024022026.pdf
Hash:177187476004035174748f4d30934555f966e195c6